



## **ROUSSEAU, CONDORCET E A QUESTÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Ana Maria Colling

A bem sucedida construção identitária de homens e mulheres continua presente não somente na escola mas na opção pelos cursos superiores. A questão do cuidado do outro, que historicamente marcou o trabalho feminino, continua sendo o marco definidor na escolha das carreiras acadêmicas. Apesar das políticas públicas igualitárias e não discriminatórias que propiciam a livre escolha de cursos e profissões, as relações de gênero – a construção social dos sexos, ainda é determinante.

O tamanho do cérebro e o seu peso tem sido usado historicamente para definir quem pensa e quem não tem condições de raciocínio lógico. O tamanho e o peso do cérebro de homens e mulheres foi definidor nas permissões e vetos à educação, à empregos, à cidadania. Quem inaugurou os estudos sobre as diferenças entre machos e fêmeas, e homens e mulheres, foi Aristóteles. Segundo ele, naturalmente desarmado e incapaz de assegurar a sua própria defesa, o corpo feminino está, além disso, dotado de um cérebro menor.

No rastro do pensador grego, pensadores tiveram um trabalho incansável, através de práticas discursivas e não discursivas, em transformar esta diferença em desigualdade. A reivindicação da diferença do tamanho dos cérebros, hierarquizada em desigualdade, sempre é lembrada para impedir a qualificação feminina.

A conquista à educação e ao trabalho foram lutas árduas travadas também pelas mulheres no Brasil. O Imperador D. Pedro II decreta em 1879, lei que concede o ingresso das mulheres às instituições de ensino superior. Mas apesar da legalização, as jovens que seguiam carreira universitária não eram bem vistas pela sociedade.

A educação superior brasileira seguiu lado a lado os discursos de como ser homem e como ser mulher. Ainda hoje alguns cursos e carreiras são encarados como femininos ou como masculinos. Dados do último Censo da educação Superior apontam para a avassaladora entrada feminina no ensino superior – mais de 50% dos(as) alunos(as) universitários(as) são mulheres. Mas a preponderância se dá nos cursos de magistério e nos que requerem o cuidado do outro. As áreas das engenharias, das ciências e das técnicas ainda são considerados cursos masculinos, também por mulheres.

### *1. Construção da diferença sexual*



A história das mulheres apenas tem sentido se a analisarmos na relação ao outro sexo. Também a história dos homens é assim. Por isto a importância da categoria de gênero, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Segundo Joan Scott, criadora do conceito analítico,

“Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos”(SCOTT, 1998:15).

São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la.

A mulher foi construída com uma natureza - “a natureza feminina”. Ao delimitar o espaço privado e doméstico, a função de esposa e mãe como única alternativa digna e possível ao feminino, enclausura-se a mulher no lar, sem acesso à palavra (a palavra pública, do poder) e cria-se a representação de “anjo e rainha do lar”. Figura e lugar santificado que a mulher interpretou como uma homenagem do homem à sua companheira.

Equiparadas às crianças, as mulheres são marcadas por uma sensibilidade e uma sexualidade excessivas, pela natureza de sua constituição. Tornam-se temidas pelo seu fascínio e sua irracionalidade que em qualquer momento pode surgir, irromper. Como antídoto a este possível mal, resta o encarceramento no espaço doméstico sob a proteção masculina. As que resistem a estes preceitos ditados pela “natureza” – esposa e mãe – são acusadas de contribuir para o desmantelamento dos lares e da família. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens são uma maneira clara de demarcar a sua identidade.

Quando falamos em relações de gênero, lembramos sempre que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura. Diversos discursos explicaram o feminino, e conseqüentemente o masculino. Discursos poderosos que se fazem sentir ainda hoje. Os discursos de Platão a Freud instituíram a definição de homem e de mulher e o papel que cabe socialmente a cada um.



Desde os antigos gregos a maternidade tem se convertido em signo de desigualdade e menoridade, transformando-se no real impedimento feminino à educação, ao poder, ao trabalho e à cidadania. A sociedade sempre leu a mulher a partir de seu corpo fechando-a na reprodução e na afetividade. A "natureza" - menstruação, gravidez e parto destinava as mulheres ao silêncio e à obscuridade, impossibilitando-as de outras formas de criação.

A "natureza feminina" e as "teorias uterinas" - útero como sede de enfermidade e centro da mulher, são invenções dos gregos que atravessaram séculos. Designaram a mulher como uma fábrica de seres humanos, apenas uma massa onde o poder criativo do homem irá imprimir sua marca.

Para Platão o primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea. Para Hipócrates a matriz (útero), que circula no corpo da mulher, é a sede dos problemas, centro de doenças femininas. A mulher é uma eterna doente. O pensamento grego condicionou nossa cultura, sofrendo várias inflexões até o século XVIII, quando o corpo feminino é destinado unicamente como "apto para a maternidade". Sua inferioridade natural provém de seu "útero errante" e sua capacidade de procriação. É porque ela produz seres humanos que ela tem dificuldade em produzir conceitos, em pensar. Invocando a "inferioridade da sua natureza", Platão hierarquizou o papel dos dois gêneros. Inicia-se aí o culto à reprodução e a crítica ao celibato feminino.

Os discursos integraram-se em práticas que determinaram a vida das mulheres. Há uma longa história do corpo feminino contado através do olhar masculino, recheado de espanto e curiosidade por esse outro diferente, e esse discurso terá sobre o corpo da mulher efeitos reais e duradouros.

### *1.1. Tamanho do cérebro*

O tamanho do cérebro e o seu peso tem sido usado historicamente para definir quem pensa e quem não tem condições de raciocínio lógico. O tamanho e o peso do cérebro de homens e de mulheres foi definidor nas permissões e vetos à educação, à empregos, à cidadania. Quem inaugura os estudos sobre a diferença entre os cérebros é Aristóteles. Segundo ele, naturalmente desarmado e incapaz de assegurar a sua própria defesa, o corpo feminino está, além disso, dotado de um cérebro menor. O tamanho do cérebro, conceito utilizado durante muito tempo para caracterizar a mulher como um ser inferior intelectualmente, e demonstrar a maior inteligência dos homens, aparece em *As Partes dos Animais* de Aristóteles:

"Entre os animais, é o homem que tem o cérebro maior, proporcionalmente ao seu tamanho, e, nos homens, os machos têm o cérebro mais volumoso que as fêmeas. (...) São os machos que têm o maior número de suturas



na cabeça, e o homem tem mais do que a mulher, sempre pela mesma razão, para que esta zona respire facilmente, sobretudo o cérebro, que é maior” (ARISTÓTELES,1957:41).

O corpo da mulher, para Aristóteles, é inacabado como o de uma criança, doente por natureza, envelhecendo mais rapidamente porque “tudo o que é pequeno chega mais rapidamente ao seu fim, tanto nas obras de arte como nos organismos naturais”; (Aristóteles, 1961, p.167 ) ele não cansa de repetir que as fêmeas são mais fracas e mais frias e, por natureza, apresentam uma deformidade natural.

A natureza feminina é tida como uma deformidade natural pois tantos são os defeitos no corpo das mulheres. A mulher é ela própria um defeito. Os seios, que são maiores nas mulheres que nos homens não escapam ao olhar observador do filósofo, que, comparando-os com os músculos peitorais do tórax masculino, “carne compacta”, considera-os como intumescências esponjosas, capazes de se encherem de leite, mas moles e rapidamente flácidos. Também os seios femininos transformam-se em signo de insuficiência .

O sexo único, com suas analogias e relações - pênis e clitóris, lábios e escroto, ovários e testículos durante muito tempo foi vencedor no campo científico. A mulher era somente um homem ao contrário ou inacabado. Somente em 1759 é que alguém se importou em reproduzir um esqueleto feminino detalhado num livro de anatomia para ilustrar suas diferenças do esqueleto masculino. Como até aí a mulher era um homem imperfeito, quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pelas relações de poder entre os gêneros.

Platão e Aristóteles sistematizaram o feminino e o masculino em seus sistemas explicativos, caracterizando o homem como o criador da ordem social e a mulher excluída desta ordem. Um é criador da ordem, da lei; a outra está do lado do desejo, da desordem: É sobre esta diferenciação simbólica que se vai fundar a própria sociedade.

Quando se discutia o Código Civil Brasileiro no Congresso Nacional brasileiro, no Rio de Janeiro, então capital federal, no final do século XIX, os pressupostos aristotélicos voltaram com toda a intensidade. Clóvis Bevilacqua, autor do Código, denuncia que foram convocados biólogos para pronunciarem-se na questão feminina, com a intenção de definir se anatômica e psicologicamente o cérebro da mulher equivalia ao do homem. Estes biólogos utilizaram-se do criminologista italiano Cezare Lombroso, que embasou a teoria dos que defendiam que o cérebro da mulher pesa menos que o do homem.

Os defensores da igualdade entre os sexos irão rebater as teses de Lombroso, dizendo que, 130 ou 150 gramas de diferença em favor do homem, compensavam-se pela diferença do volume,



desfazendo-se a desigualdade aparente numa igualdade real. Nesta cena de debates intensos para definir a inscrição da mulher no Código Civil, um deputado diz que a inferioridade intelectual feminina existe, com seu *substratum* cerebral. Inicia com um estudo do cérebro feminino – “conhecido o órgão, conhecida será sua função”- onde afirma que este sempre foi de menor tamanho que o do homem, determinando, conseqüentemente, a inferioridade mental da mulher.

Defende, como alternativa para desenvolver seu cérebro, a educação feminina, que teria como principal conseqüência a colaboração com a evolução humana, porque, do contrário, se as mulheres continuarem nesta impotência intelectual, levarão toda a humanidade a uma deformação (Cf. CASTRO, 1893). Diz o parlamentar que, assim como o cérebro feminino, qualquer órgão humano pouco utilizado atrofia-se. Sua defesa não foi suficiente já que o Código Civil aprovado em 1916 encara a mulher como relativamente incapaz, junto aos silvícolas, loucos, etc. Somente em 1962 o Estatuto da Mulher Casada retira este estatuto.

Às mulheres exigia-se que desempenhassem bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos. A ocupação de seu tempo também deveria se dar em atividades mecânicas como bordar, costurar, tocar piano, etc. As funções intelectuais eram reservadas aos homens. Portanto, não é de se estranhar que seu cérebro, pouquíssimo utilizado, não tivesse o mesmo rendimento do dos homens.

A diferença de tamanho entre os cérebros femininos e masculinos continua sendo motivo de pesquisas científicas e interpretações variadas. A *Scientific American* de julho de 2005 apresenta uma reportagem intitulada *Ele, Ela* assinada por Larry Cahill, que tenta demonstrar que pesquisas sobre as diferenças entre os cérebros podem levar a tratamentos de saúde mais adequados para cada sexo, especialmente a depressão e esquizofrenia. O autor se reporta à Lawrence Summers, presidente da Universidade Harvard, que sugeriu que diferenças inatas na estrutura do cérebro masculino e do feminino poderiam ser um fator determinante para a relativa escassez de mulheres na ciência. Conclui o autor que “até hoje ninguém conseguiu nenhuma evidência de que as diferenças anatômicas tornem as mulheres incapazes de obter distinção acadêmica em matemática, física ou engenharia.”

Novos tempos, velhos conceitos. Também a revista *Science* de outubro de 2006 apresenta uma reportagem demonstrando que os estereótipos sobre o feminino acabam exercendo influência no desempenho das mulheres em matemática. O velho discurso do biologismo retorna ao campo do debate. Ninguém nega que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres. Mas a



transformação destas diferenças em desigualdades é um trabalho incessante do pensamento ocidental. Naturalizar os discursos faz parte das relações de poder entre os sexos.

A representação da inferioridade feminina, incansavelmente repetida, inscreveu-se nos pensamentos dos homens e das mulheres. É por este motivo que Pierre Bourdieu fala que é preciso reconstruir o olhar das mulheres, que é preciso descolonizar o feminino (Cf. BOURDIEU, 1995:55).

## 2. História da educação Feminina

A igualdade de educação, entre homens e mulheres, também tem sua história. O acesso à educação feminina foi uma luta constante em todo o ocidente. No século XVIII, quando discute-se a cidadania dos indivíduos, o maior teórico europeu da igualdade, Jean-Jacques Rousseau, estabelece que a vida das mulheres está consagrada ao papel doméstico. O filósofo também define que a existência feminina materializa-se nos olhos dos outros, (não é somente necessário ser honesta é preciso parecer honesta aos olhos dos outros) estabelecendo uma ligação entre a natureza e a moral da mulher.

Rousseau exerceu enorme influência entre as mulheres especialmente pela sua obra pedagógica *Emílio – da educação (1762)*, sucesso de vendas, onde explicitava pedagogicamente o lugar social do feminino. Referenda a feminilidade natural da mulher, a doçura, a modéstia, as atividades caseiras e propõe o enclausuramento feminino. Discorria também sobre a educação dos filhos, em que, segundo ele, deveria ser carinhosa e cuidadosa. Quanto às mulheres, que devem ser educadas na vergonha e no pudor, seus conselhos não deixavam dúvida quanto ao lugar que deveriam ocupar na sociedade:

“Quase todas as raparigas aprendem com repugnância a ler e escrever, mas quanto a segurar a agulha, é o que elas aprendem sempre de boa vontade. Antecipadamente imaginam-se crescidas e sonham com prazer que estes talentos poderão um dia servir-lhes para se enfeitar. Aberto este primeiro caminho é então fácil de seguir: vêm por si mesmos a costura, o bordado, a renda”(ROUSSEAU, 1992:178)

Por outro lado, contemporâneo de Rousseau, Jean Marie Condorcet, filósofo de concepções feministas, denunciou todas as formas de opressão sobre a mulher, considerando essencial a simetria entre os sexos em relação a todos os aspectos da vida social. Em sua obra *Sur l'admission des femmes au droit de cité* de 1790, questiona a exclusão das mulheres do direito de cidadania que, segundo ele, equivale a qualquer outra forma de discriminação, contrária ao espírito emancipador da revolução francesa.

Pela primeira vez uma voz masculina vem se opor à farta argumentação sobre as razões “naturais” para a discriminação das mulheres. Quanto às justificativas da inferioridade feminina



para excluir as mulheres, Condorcet arrolou-as e recusou-as uma a uma. Frente ao argumento fisiológico em relação à gestação, aleitamento e menstruação, que transformava a mulher em incapaz de exercer seus direitos cívicos, perguntava se privava-se dos direitos políticos quem era acometido de gota regulamente ou que se resfriava facilmente.

Condorcet defendia a educação às mulheres, porque, em sua opinião, somente uma sólida instrução podia tornar as mulheres aptas a exercerem os seus direitos: “não é a natureza, é a educação, é a existência social que causa essa diferença”, dizia ele. Tenta, então, convencer seus colegas de que a instrução feminina reverteria em privilégios às crianças, ao esposo e à família. Não conseguiu adeptos entre os homens, e muitas mulheres burguesas também não concordavam com suas propostas, preferindo seguir a cartilha de Rousseau, o porta-voz da liberdade, segundo elas. O que Rousseau fornecia, na verdade, era uma exemplar legitimação burguesa à subordinação da mulher no casamento.

Com a adesão das mulheres francesas à proposta da relação entre Emílio e Sofia, Condorcet desabafa: “tenho medo de me indispor com elas...falo de seus direitos, e não de seu império; podem suspeitar de minha vontade secreta de diminuí-lo; e depois que Rousseau mereceu a aprovação delas, dizendo que só eram feitas para cuidar de nós, e para nos atormentar, não devo esperar que elas se declarem a meu favor” (CONDORCET, 1991:19).

No caso brasileiro, somente em 1827 é editada no Brasil a primeira legislação relativa à educação das mulheres, a lei admitia meninas somente na escola elementar, não nas instituições de ensino superior. A ênfase permanecia na costura não na escrita. Mesmo a aritmética nas escolas femininas era inferior à ensinada aos meninos. A lei ordenava, e os pais desejavam, que as escolas femininas enfatizassem as prendas domésticas, jamais ensinadas aos meninos. Em 1873, o Império brasileiro possuía 5.077 escolas primárias, públicas e particulares. Estas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas. (CF. HAHNER, 1981,p.32).

As famílias com mais recursos contratavam tutores particulares na preparação de seus filhos. Faziam parte da educação informal os manuais de etiqueta, que se tornavam obra obrigatória entre a elite brasileira, porque era ela que distinguia os homens da corte do restante da multidão, descontando-se a cor da pele, é evidente. Estes manuais, dedicados às boas maneiras, estabeleciam regras e modelos de sociabilidade de acordo com a “civilização ocidental”. Estes manuais receitavam, em especial, a diferença do comportar-se feminino e masculino na sociedade e tiveram um papel pedagógico fundamental na construção dos gêneros.



Se a educação era um tema recorrente nas reivindicações femininas, o Ato do Imperador, de 1879, acalma as defensoras deste direito. A partir desta data, o governo brasileiro concede o acesso das mulheres às instituições de ensino superior. Rita Lobato Velho Lopes, a primeira a receber o grau de médica no Brasil, em 1887, sofreu dificuldades para se afirmar profissionalmente. A oposição dos homens de sua classe foi maior do que nos campos da enfermagem e educação.

### *2.1. Mulheres e Educação Superior*

A conquista à educação e ao trabalho foram lutas árduas travadas pelas mulheres no Brasil. Elas que eram o sujeito do saber da medicina – a chazeira, parteira, curandeira para todos os males, quando é criado o curso de medicina, a separação entre saber e poder mostra-se clara. As mulheres são impedidas de cursar a faculdade de medicina assim como não tem acesso a nenhum curso superior. Por isto, para se falar em educação e trabalho feminino precisamos falar em relações de gênero, ou seja, a relação política e cultural entre os sexos.

O acesso à educação superior foi uma longa batalha, travada por aqueles que desejavam a igualdade entre os sexos e entendiam que a instrução era fator básico para a emancipação das mulheres. Temiam os opositores que a educação igual os sexos, destruísse a feminilidade da mulher e a desviasse de seu principal objetivo, que era o cuidado do lar e a maternidade.

Mas no final do século XIX, algumas mulheres desejavam mais do que mero respeito e tratamento favorável dentro da família, queriam o direito à educação, a educação superior. O Imperador D. Pedro II mostra-se sensível às reivindicações femininas e a condição das mulheres e decreta a Reforma Leôncio de Carvalho em 19 de abril de 1879, lei de reforma do ensino secundário e superior que concede o acesso das mulheres às instituições de ensino superior.

Mesmo depois da educação superior para as mulheres ter se tornado uma realidade com a lei, a maioria dos homens cultos ainda defendia que a energia das mulheres deveria ser totalmente devotada ao serviço de suas famílias. Diziam muitos que a educação e emprego feminino eram necessários exclusivamente porque algumas mulheres fracassavam em conseguir a “melhor carreira feminina” que era o casamento.

O discurso da função da mãe, de “guardiã do lar”, de elemento estabilizador dentro da família, assume um tom doutrinário, moralista, com a intenção de proteger a mulher contra as mudanças acarretadas por um mundo em transição. A obtenção de conquistas femininas, como educação e trabalho, é condicionada à segurança de que a função primordial da mulher, seu papel de mãe e de dona de casa, não será afetada.





Mas mesmo depois da lei de 1879, só um grupo muito reduzido de mulheres enfrentou o educação superior. Além da pressão e desaprovação social, as meninas tinham que pagar a cara educação secundária que servia para preparar um número restrito de homens para a educação superior. Somente no século XX, por exemplo, a educação mista seria aceita no Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro oferecendo ensino gratuito ao sexo feminino, várias décadas depois de as mulheres terem rompido barreiras das instituições de ensino superior no Brasil.

Em 1907, de acordo com o serviço de estatísticas, apenas uma mulher estudava arquitetura, uma estudava engenharia, 6 mulheres estudavam direito, 6 se dedicavam à medicina; 9 à obstetrícia, 22 à odontologia e 56 à farmácia. Neste mesmo ano, enquanto em todo o Brasil, na educação primária era maior o número de professoras perfazendo dois terços, nenhuma mulher ensinava nas escolas superiores – medicina, direito ou politécnica (CF. HAHNER, 1981:199).

No séc. XIX abriram-se oportunidades profissionais para a mulher da classe média, um grupo relativamente novo na força do trabalho. Moças da classe média tornavam-se professoras, enfermeiras e assistentes sociais. Os trabalhos para o qual eram contratadas eram definidos como “trabalho de mulher”, passando a idéia de que o trabalho dos homens e o das mulheres tinha valores diferentes. Este discurso ainda hoje causa debates calorosos, como se é a entrada da mulher que rebaixa os salários, ou a mulher somente entra porque são trabalhos desqualificados.

Enquanto jovens e solteiras, o trabalho das mulheres cumpria obrigações familiares; quando casadas e mães, era tomado como um sinal de dificuldades econômicas no lar e desvalorização do provedor, seu marido. As discussões sobre a inconveniência do trabalho remunerado para mulheres casadas eram formuladas no quadro de generalizações sobre a fisiologia e a psicologia femininas, fundindo assim mulheres casadas com mulheres em geral. Como resultado disso, maternidade e domesticidade eram sinônimos de feminilidade.

Este discurso do trabalho das mulheres casadas tinha amparo na normativa legal que transformava a mulher casada em propriedade do marido. Uma vez que não eram cidadãs e que não tinham acesso direto ao poder político, eram consideradas vulneráveis e dependentes, e como tal necessitadas de proteção. A vulnerabilidade feminina era descrita de muitas maneiras: os seus corpos eram mais fracos do que os masculinos e por isso não deviam ser obrigadas a trabalhar tantas horas; o trabalho comprometia seus órgãos reprodutores, tornando-as incapazes de dar a luz e de criar bebês saudáveis; o emprego afastava-as das tarefas domésticas; os empregos noturnos expunham-nas ao perigo sexual; trabalhar lado a lado com homens ou sob supervisão masculina abria a possibilidade de corrupção moral.



### *Concluindo*

A bem arquitetada construção aristotélica, de diferenças entre os machos e fêmeas no mundo animal, logo se transformou em impedimento feminino de cidadania. Por possuir um cérebro menor que o homem foi lhes vetado o acesso à educação, ao voto, a grande maioria de empregos, enfim à cidadania.

As constituições e códigos dos diversos países do ocidente seguiram as concepções aristotélicas da hierarquia das diferenças e delimitaram os lugares sociais para cada sexo. Por possuir um cérebro menor, ser pura afetividade, as mulheres ocidentais deveriam estar submissas ao ser lógico e racional, o homem. Desta maneira, até há pouquíssimo tempo as mulheres eram consideradas menores frente à lei.

As carreiras universitárias também eram vetadas ao feminino, permitidas somente aquelas que representassem uma extensão de suas tarefas domésticas e maternais como educação e enfermagem. Os cursos superiores foram conquistados um a um, de maneira árdua e inteligente. Não era fácil chocar-se com o bloco de normatizações e mentalidades que dizia que lugar de mulher séria era em casa. Exemplo claro disto foi a campanha pelo sufrágio no Brasil. Os formadores de opinião diziam, após a edição do Código Eleitoral de 1932 que admitia o sufrágio feminino, que se as mulheres votassem as famílias seriam desmanteladas. Com as famílias desestruturadas acabaria a nação que tinha ali o seu suporte moral.

Este discurso não era um privilégio masculino. Além de muitos homens terem posição contrária e defenderem a extensão da cidadania às mulheres, muitas delas assumiam o discurso masculino como seu e defendiam que o único lugar seguro e digno para si era o lar. Afinal, lá elas eram rainhas e deusas, como um dia havia prescrito Rousseau. O consentimento feminino ainda hoje é um entrave às conquistas mais amplas de igualdade entre os sexos.

Se não fosse pelo trabalho de representação, que faz com que eu me assumo pelo olhar do outro, como explicar que as mulheres, maioria da população, que parem filhas e filhos, e são responsáveis pelos primeiros cuidados, são na sua maioria atendentes do ensino pré-escolar e também na maioria professoras do ensino fundamental, não conseguem realizar um trabalho de desconstrução dos papéis sexuais e sociais de homens e mulheres.

A educação superior brasileira, como não poderia ser diferente, seguiu lado a lado estes ditames de como ser homem e como ser mulher. Ainda hoje alguns cursos e carreiras são encarados como femininos ou como masculinos. O último Censo da Educação Superior promovido pelo INEP aponta para a avassaladora entrada feminina no ensino superior – mais de 50% dos(as) alunos(as)



universitários(as) são mulheres. Mas nos cursos de licenciatura é que há preponderância; as áreas das engenharias, das ciências e das técnicas ainda são considerados cursos masculinos.

Apesar do peso histórico da delimitação dos papéis sexuais e sociais, também o IBGE atestou em no Censo 2005 a preponderância das mulheres: 2.244.160 inscrições masculinas e 2.794.060 inscrições femininas. Neste mesmo censo, o número mais expressivo de mulheres inscritas aconteceu numericamente na região sudeste com 1.139.978 inscritos homens para 1.408.567 mulheres e percentualmente na região nordeste com 57,11% de inscrições femininas. De uma forma crescente mulheres e homens igualizam-se nas carreiras universitárias. Em alguns estados brasileiros de uma forma mais ágil que outros.

A escola assume um lugar de destaque na possibilidade de mudanças de mentalidades em relação à construção dos gêneros. Desde a singela brincadeira de pátio ao olhar atento às relações de poder implícitos nos currículos escolares, que acabam naturalizando a hierarquia entre os sexos historicamente construída, deve ser encarada como um problema social. Escolas com laboratórios para que todos os meninos e meninas tenham acesso às primeiras experiências em pesquisa, professores incentivando a toda(o)s para gerar o encanto pela ciência pode ser um caminho de superação da desigualdade.

### *Bibliografia*

- ARISTÓTELES. *Les parties des animaux*. Paris: Les Belles Lettres, 1957.  
\_\_\_\_\_. *De la génération des animaux*. Paris: Les Belles Lettres, 1961.  
BEVILAQUA, Clovis. *Em defesa do Projecto do Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.  
BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a História das Mulheres. In: *As Mulheres e a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.  
CAHILL, Larry. Ele, Ela. In: Revista *Scientific American*. Edição nº 37 – junho de 2005.  
CASTRO, Tito Livio. *A mulher e a sociogenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893.  
CONDORCET. Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania. In: BADINTER, Elisabeth (Org.) *Palavras de Homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.  
\_\_\_\_\_. A instrução das mulheres. In: BADINTER, Elisabeth (Org.) *Palavras de Homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.  
FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.  
HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.  
IBGE. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)  
INEP. [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)  
PLATÃO. *Diálogos: Timeu, Critias, o Segundo Alcibíades, Hipias Menor*. Belém: UPPA.GEU, 1986.  
ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.



SCOTT, Joan. *La citoyenne paradoxale. Lês féministes françaises et lês droits de l 'homme*. Paris: Editions Albin Michel S. A. , 1998.